

EM BUSCA DA UNIVERSIDADE SOCIAL: A CRÍTICA DE RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES À INSTITUIÇÃO ACADÊMICA

IN SEARCH OF THE SOCIAL UNIVERSITY: RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES' CRITICISMO OF THE ACADEMIC INSTITUTION

EN BUSCA DE LA UNIVERSIDAD SOCIAL: LAS CRÍTICAS DE RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES A LA INSTITUCIÓN ACADÉMICA

Maxmiliano Martins Pinheiro¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo principal analisar a crítica de Raimundo Teixeira Mendes à criação de uma universidade no Brasil na época do império. Neste sentido, serão ressaltadas as justificativas de tal censura, observando primeiramente o contexto social brasileiro no século XIX, indicando assim o descompasso dessa iniciativa em relação aos problemas sociais mais urgentes desse contexto. Em seguida, serão examinados os argumentos de Teixeira Mendes concernentes a sua oposição à construção de uma instituição universitária, considerando a orientação herdada do positivismo de Augusto Comte, que considerava a universidade uma entidade social obsoleta e subserviente ao poder estatal; assim como suas considerações em torno das questões educacionais mais urgentes para o país, tais como a promoção de um ensino livre, básico e gratuito para a população, a promoção das academias profissionalizantes, e a extinção dos aparatos burocráticos que moldavam as instituições a serviço da burguesia brasileira. Espera-se com essa análise mostrar que a crítica de Teixeira Mendes foi pertinente e necessária à realidade brasileira de seu tempo.

814

Palavras-chave: Universidade. Positivismo. Crítica.

ABSTRACT: The main objective of this article is to analyze Raimundo Teixeira Mendes' criticism of the creation of a university in Brazil at the time of the empire. In this sense, the justifications of such censorship will be emphasized, first observing the Brazilian social context in the nineteenth century, thus indicating the misstep of this initiative in relation to the most urgent social problems of this context. Teixeira Mendes' arguments regarding his opposition to the construction of a university institution will be examined, considering the orientation inherited from the positivism of Augusto Comte, who considered the university an obsolete social entity and subservient to state power; as well as its considerations around the most urgent educational issues for the country, such as the promotion of free, basic and free education for the population, the promotion of vocational academies, and the extinction of bureaucratic devices that shaped institutions at the service of the Brazilian bourgeoisie. It is expected with this analysis to show that Teixeira Mendes' criticism was pertinent and necessary to the Brazilian reality of his time.

Keywords: University. Positivismo. Criticism.

¹ Mestrado em Sociologia Política na Universidade Candido Mendes/IUPERJ. Especialização e Mestrado na UERJ Especialização em Sociologia, Política e Cultura na PUC-Rio. Graduado em Letras na Universidade Gama Filho. E- mail: martinsmaxmiliano783@gmail.com.

RESUMEN: El objetivo principal de este artículo es analizar la crítica de Raimundo Teixeira Mendes a la creación de una universidad en Brasil en la época del imperio. En este sentido, se enfatizarán las justificaciones de tal censura, observando primero el contexto social brasileño en el siglo XIX, indicando así el paso en falso de esta iniciativa en relación con los problemas sociales más urgentes de este contexto. Se examinarán los argumentos de Teixeira Mendes respecto a su oposición a la construcción de una institución universitaria, considerando la orientación heredada del positivismo de Augusto Comte, quien consideraba a la universidad una entidad social obsoleta y subordinada al poder estatal; así como sus consideraciones en torno a los temas educativos más urgentes para el país, como la promoción de la educación gratuita, básica y gratuita para la población, la promoción de las academias vocacionales y la extinción de los dispositivos burocráticos que formaron las instituciones al servicio de la burguesía brasileña. Se espera con este análisis mostrar que la crítica de Teixeira Mendes era pertinente y necesaria para la realidad brasileña de su tiempo.

Palabras clave: Universidad. Positivismo. Crítica.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos sobre a educação brasileira patenteiam uma literatura repleta de avaliações acerca da universidade, considerando os procedimentos pedagógicos adotados nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como a própria função social dessa instituição perante à realidade do Brasil. Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Marilena Chauí, Renato Janine Ribeiro, entre muitos outros, se empenharam em mostrar as mazelas das nossas instituições acadêmicas, dando ênfase tanto aos fatores internos, vinculados ao gerenciamento e às questões pedagógicas, quanto aos externos, relacionados ao compromisso da universidade diante de sua missão social. No entanto, torna-se pertinente salvaguardar que, antes dessa crítica sociológica que se tornou corrente na intelectualidade brasileira contemporânea, algumas vozes já denunciavam, desde o final do século XIX para ser mais preciso, as deficiências e inadequações que a academia poderia acarretar para sociedade brasileira. Uma dessas figuras foi o positivista Raimundo Teixeira Mendes, cuja oposição à construção de uma universidade nacional durante o Império por considerar essa instituição obsoleta, mostra-se bastante instrutiva.

Diante das considerações acima, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar a crítica de Raimundo Teixeira Mendes à criação de uma universidade brasileira, em 1881,

durante o reinado de D. Pedro II, salientando tanto as justificativas de tal censura, pois pleiteavam as finalidades sociais que as instituições acadêmicas deveriam proporcionar ao progresso do país, assim como o fato de que essa resistência à construção de uma universidade nacional desvelava um posicionamento político progressista em relação à condição social do Brasil no final do século XIX. Dando consistência ao objetivo almejado, a presente análise delinea-se nos seguintes objetivos específicos que visam auxiliar seu desenvolvimento: primeiramente, será abordada a situação histórica do Brasil, observando a gênese elitista da academia brasileira assim como o atraso do país diante da promoção de uma educação básica; em seguida, serão analisados especificamente os argumentos de Teixeira Mendes concernentes a sua censura à criação de uma universidade brasileira, considerando sua adesão às orientações de Augusto Comte cujo pensamento positivista julgava obsoleta a instituição acadêmica; por fim, será compreendido que se o positivismo comtiano, em sua oposição à universidade, tenha sido reputado como excêntrico ou retrógrado pela mentalidade francesa de sua época, o mesmo não pode ser assinalado em relação à resistência de Teixeira Mendes, uma vez que suas apreciações já indicavam, mesmo que de modo indireto, o compromisso social que a instituição acadêmica deveria albergar perante a realidade brasileira.

MÉTODOS

Trata-se de uma análise interpretativa que compreende a funcionalidade da crítica de Raimundo Teixeira Mendes, como um dos representantes principais da ortodoxia positivista, concernente à construção de uma universidade brasileira durante o Segundo Reinado. Para isso, serão inseridas primeiramente as fontes históricas relativas ao contexto sociopolítico do Brasil no século XIX e à influência do positivismo neste período, a fim de mostrar as contradições da sociedade brasileira perante a criação de uma instituição que só favoreceria aos caprichos das elites dominantes, e a relevância da crítica do referido positivista a este projeto. Num segundo momento, esta pesquisa compreende, com mais propriedade, a censura do positivismo à universidade, considerando diretamente a crítica comtiana em seus escritos, assim como o texto de Teixeira Mendes que expõe toda sua argumentação perante a inutilidade dessa instituição no cenário brasileiro da época.

DISCUSSÃO

O CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX

A estrutura sociopolítica do Segundo Reinado, durante o século XIX, manteve a sociedade brasileira numa condição de antigo regime, isto é, assumia uma estrutura estamental e um caráter de sociedade de corte. Por conseguinte, o meio social se estratificava, tendo em seu ápice o poder senhorial formado pelos grandes proprietários de terras e de escravos que eram contemplados como cidadãos plenos do Império. Tal hierarquia de recursos sociais, de poderes econômicos e de direitos políticos estruturou tanto a política imperial quanto a sociabilidade da sociedade de corte, colocando a grande massa da população, formada por segmentos populares representados pelos homens livres pobres e escravos que não tinham cidadania, na base da sociedade (ALONSO, 2002). Mesmo diante da necessidade de iniciar um processo de modernização na infraestrutura do Brasil, almejando novas condições para a expansão econômica e para outras atividades, as questões sociais eram colocadas em segundo plano, o que evidenciava o imobilismo da estrutura social do país.

A universidade brasileira, diante da necessidade de criar diversas carreiras administrativas em relação às exigências da modernização nacional, sobretudo a questão do eixo econômico do país da mineração para o café, passou a considerar outras carreiras acadêmicas, além da de direito (até então somente as faculdades de direito eram prioritárias), embora mantivesse seu caráter teórico e retórico (ALONSO, 2002). O resultado foi a sobra de bacharéis em contraposição à modernização econômica que requisitava novos profissionais técnicos, já que a universidade estava assentada mais na teoria do que na ciência prática. Portanto, a reforma do ensino superior, no final do século XIX, visava ampliar as carreiras, profissionalizando o magistério com a instituição do bacharelado em Letras, criando escolas normais e escolas técnicas superiores para grupos sociais não pertencentes ao estamento senhorial (ALONSO, 2002). Embora a reforma educacional tenha ampliado o acesso da população perante o ensino superior, formando um estrato intermediário entre os cidadãos mais pobres e a elite oriunda dos estamentos, atendendo em parte ao crescimento econômico do Brasil, seu resultado gerou uma modernização incompleta, visto que não efetuou

inteiramente a incorporação da sociedade ao centro do sistema sociopolítico (ALONSO, 2002).

Entre os grupos políticos que pleiteavam as reformas políticas e sociais do país, oriundos da famosa “Geração 1870” que floresceu a intelectualidade brasileira na época, destacava-se o Apostolado Positivista do Brasil, também conhecido como o dos “positivistas ortodoxos”, liderado por Miguel Lemos (1854-1917) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927). Procurando seguir integralmente a doutrina de Augusto Comte no cenário brasileiro, apesar dos contornos que tiveram que ser efetuados devido ao fato da realidade social do Brasil ter sido bem diferente da França, a ortodoxia positivista empenhou-se em organizar primeiramente sua militância estabelecendo princípios que deveriam ser radicalmente obedecidos pelos seus membros. Sendo assim, Miguel Lemos assumiu a diretoria da Igreja Positivista do Brasil, enquanto Teixeira Mendes ocupava o cargo de vice-diretor, mas tendo em vista a enfermidade que abateu Lemos em 1903, Teixeira Mendes passou a ter maior protagonismo no Apostolado Positivista até assumir definitivamente a direção após a morte de Lemos em 1817. Participaram ativamente da abolição à escravidão, lutaram pela consolidação do regime republicano, defenderam implacavelmente a laicidade através da separação entre a Igreja e o Estado, pleitearam uma legislação trabalhista que teve a autoria de Raimundo Teixeira Mendes, combateram o militarismo, belicismo e o despotismo sanitário. Cumpre então abordar historicamente a reação deste positivista perante a criação de uma universidade durante o Segundo Reinado.

Absorvido pelos problemas mais urgentes da realidade brasileira, Miguel Lemos encarregou o vice-diretor da Igreja Positivista em estudar e argumentar o projeto de uma Universidade brasileira em 1881. Por isso, Teixeira Mendes escreve neste ano um opúsculo intitulado **A Universidade**. Com efeito, a criação de uma universidade nacional significava para os positivistas ortodoxos um atentado à liberdade espiritual, pois além de figurar uma vontade exclusiva de D. Pedro II, tal instituição tornou-se decadente ao longo da história e não correspondia a nenhuma necessidade real do Brasil (COSTA, 1967). Ademais, eles argumentavam que o país já possuía um número considerável de escolas profissionais, e que a universidade privilegiaria somente alguns membros da burguesia brasileira, cabendo a

Teixeira Mendes esclarecer a opinião pública a respeito desse novo projeto (COSTA, 1967). Tamanha foi a oposição da ortodoxia positivista à instituição acadêmica que eles chegaram a estabelecer nas normas do Estatuto do Apostolado que nenhum fiel poderia fazer parte de associações científicas ou literárias, assim como exercer funções nos estabelecimentos de ensino superior e secundário (LINS, 2009). Óbvio que essa inflexibilidade do grupo resultou na pouca adesão de confrades na Igreja Positivista.

A resistência dos positivistas ortodoxos à criação de uma universidade brasileira pode ser também compreendida sob o prisma de que tal instituição não respondia aos problemas mais urgentes do Brasil no final do século XIX, como o da emancipação dos escravos e o da promoção de uma educação básica destinada à população em geral. Se para alguns positivistas heterodoxos, como Luís Pereira Barreto, o aprimoramento da instrução intelectual configurava a chave para os problemas do país, para os positivistas ortodoxos existiam desafios mais emergentes como o emprego de capitais para a emancipação dos escravos e a prerrogativa educacional que formaria o indivíduo como um todo, e não apenas como um especialista (BARROS, 1986). De fato, Teixeira Mendes sustentava que, embora a nação necessitasse de uma reforma de ensino, a solução para promover a grandeza nacional dependia primeiramente da redução do número de segmentos dominantes (parasitas) que exploravam a força do trabalho proletário e da educação e moralização do proletariado, para que possa possuir um domicílio inviolável e uma família nuclear onde a mulher pudesse cuidar e educar devidamente seus filhos (BARROS, 1986). Tal preocupação de Teixeira Mendes em relação à prerrogativa de um proletariado emergente o impeliu a elaborar, em 1889, um projeto trabalhista avançado com leis que garantiam aos trabalhadores a instituição do salário, aposentadoria e proteção quanto às condições de trabalho, mas que foi engavetado pelo Governo Provisório, do Marechal Deodoro da Fonseca.

Em contrapartida à criação de uma instituição de ensino superior, o governo deveria se limitar a assegurar a instrução elementar, sem nenhum vínculo a uma filosofia existente, e desenvolver o ensino especial, ou técnico, sem conceder privilégios aos que o cursarem, pois a posição de Teixeira Mendes se espelhava nas orientações de Augusto Comte que afirmava a renúncia do Estado a todo sistema completo de educação, devendo apenas encorajar

facultativamente a instrução primária e a manter os estabelecimentos públicos destinados à instrução especial (BARROS, 1986). Para os positivistas ortodoxos, o governo brasileiro durante a “transição orgânica” deveria se incumbir somente em propiciar meios para uma formação profissional aos cidadãos, elevando o proletariado às condições de bem-estar e garantindo a liberdade de ensino. O Estado deveria se abster de qualquer doutrina no que concerne à educação pública e adotar só encargos materiais quando tender a melhorar a condição dos proletários, suprimindo qualquer orçamento teórico, de caráter teológico ou metafísico, pois a verdadeira educação universal só pode se assentar após a eclosão de uma crença naturalmente unânime.

O projeto de construção de uma universidade nacional, decorrente da iniciativa de D. Pedro II, não se concretizou, e presume-se, sem muita precisão, que a crítica de Teixeira Mendes tivesse colaborado para isso (COSTA, 1967). Com efeito, não seria a criação de uma instituição acadêmica que modificaria a situação brasileira, mas uma organização política que suplantasse o parasitismo de segmentos das elites e promovesse uma inclusão social que visasse a melhoria das condições materiais das massas populares, oferecendo também a instrução educacional necessária. Apesar de louvável a relutância de Teixeira Mendes à construção de uma universidade brasileira no final do século XIX tendo como fundamento o fato de que tal instituição não encontraria simetria com os problemas sociais mais urgentes que afligiam a sociedade na época, as academias brasileiras ao longo da primeira metade do século XX foram desenvolvidas sob o prisma de um saber desinteressado sem consonância direta com o meio social. Na verdade, as universidades brasileiras foram concebidas nas primeiras décadas do século XX numa perspectiva liberal de um conhecimento desinteressado, de não interferência recíproca entre Estado, universidade e sociedade, sendo tais instituições configuradas num perfil clientelista e fisiologista conforme os ditames das elites dirigentes, e além disso, numa postura corporativista entre os docentes, discentes e corpo administrativo (CHAUÍ, 2001). Certamente a universidade brasileira ainda hoje descortina algumas mazelas decorrentes de sua gênese como o compadrio na seleção dos discentes em cursos de pós-graduação e o corporativismo na escolha de docentes. A tarefa do próximo tópico é examinar diretamente os argumentos de Teixeira Mendes quanto sua

censura à criação de uma universidade brasileira, pois mesmo considerando esta instituição obsoleta conforme o pensamento de Comte, tais alegações indicavam, embora indiretamente, a vocação social que uma instituição de ensino superior deveria adotar diante dos problemas sociais de uma sociedade.

AS CRÍTICAS DE RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES À UNIVERSIDADE

Na obra **A Universidade**, Raimundo Teixeira Mendes desenvolve sua argumentação tendo como parâmetros a elucidação do problema, os limites da atuação governamental concernente à reforma do ensino público, a finalidade política desse ensino conforme seu concurso, as medidas fundamentais para a reorganização do ensino público, uma apreciação histórica do papel da universidade ao longo dos séculos e uma análise da função dos sábios na evolução ocidental considerando a crise do século XIX e a situação brasileira nesta época. De acordo com os objetivos desse trabalho serão ressaltados os pontos mais vinculados à funcionalidade da instituição acadêmica no lugar da extenuante abordagem histórica que o autor elabora. Ainda conforme mencionado na introdução, cumpre primeiramente observar a censura de Augusto Comte à universidade, posto que foi a partir dela que Teixeira Mendes fundamentou sua crítica. Segundo o fundador do positivismo e da sociologia a degradação do ensino universitário alcançou seu apogeu no reestabelecimento patrocinado por Napoleão Bonaparte. Tal instituição tornou-se uma corporação metafísica bem mais nociva que o próprio clero cuja degradação e corrupção indicam a necessidade de sua abolição, assim como do regime parlamentar e do jornalismo, pois essas três associações só fomentam agitações políticas ao invés de soluções (COMTE, 2018). Ademais, a instituição universitária, conforme o próprio Comte, só existe em função do monopólio estatal e não nenhum auxílio voluntário da população:

Respondendo a nenhum desejo profundo, a Universidade da França está, mais do que o clero, dependente da proteção do Estado, e não pode encontrar nenhum substituto para o seu apoio voluntário. Basta retirar seu orçamento e seu monopólio, que sua existência coletiva desaparece, qualquer que seja a atração aparentemente ainda persistente no estudo das palavras e entidades. Quanto às escolas especiais, elas podem todas desaparecer de uma vez, todas exceto as escolas veterinárias, sem realmente interferir seja no serviço público ou nas necessidades dos indivíduos. Mais adiante, eu explicarei a substituição oferecida na segunda fase da transição orgânica, com o objetivo de fortalecer e desenvolver esses indícios de reconstrução já que eles

possuem referência à educação geral; a existência dos ditos indícios constituindo em todos os momentos sua principal utilidade. Mas é importante que a liberdade de ensino seja comprovada pelo grande aumento de iniciativas privadas, sujeitas a uma vigilância puramente moral da parte da ditadura, através da agência de uma polícia, mais iluminada e menos opressiva em sua ação do que o corpo jurídico. (COMTE, 2017, p. 337-338)

Como se observa, Comte reprova a universidade francesa de seu tempo por dois motivos claros: sua subserviência diante da proteção estatal que patrocina sua existência coletiva, impedindo o auxílio de outras associações privadas e o fato de ela não corresponder às necessidades sociais. Deve-se acrescentar que, segundo a transição orgânica do positivismo (a ditadura comtiana atravessa as fases espontânea, sistemática, até se consolidar em triunvirato), a educação geral precisa ser regenerada, enfatizando seu caráter moral. Por conseguinte, a extinção dos orçamentos teóricos, onde se insere a academia, permite a oportunidade de regenerar a instrução pública por meio das escolas enciclopédicas, em que as relações entre a iniciação enciclopédica e a organização prática tornam-se mais claras (LACERDA, 2016). É pertinente salvaguardar as iniciativas privadas referidas por Comte também compreende cooperações educacionais voltadas à função social do ensino científico.

Tal reprovação de Comte à universidade decorre também de sua experiência no meio acadêmico francês no século XIX conforme atestam alguns dados biográficos. A primeira decepção ocorre em 1828 no concurso a uma vaga numa universidade, mas a tentativa foi frustrada porque tinha como requisito a experiência de três anos comprovados em escolas secundárias, e ele percebeu como a academia francesa estava sob a influência de autoridades católicas conservadoras que recrutavam candidatos com baixo perfil intelectual (PICKERING, 2006). Outra decepção ocorreu mais tarde em 1840, na Escola Politécnica, onde cursou, na tentativa de adquirir uma cátedra como professor de análise e mecânica, mas foi rejeitado por causa de rivalidades com acadêmicos que manipulavam a escolha de candidatos para o quadro docente da instituição (PICKERING, 2006). Por essas razões, Comte se sustentava financeiramente por meio de um cargo de examinador que logo perdeu e, principalmente, através de aulas particulares.

Escrutinando o valor que Comte conferia à instrução popular e geral, é importante ressaltar que para o filósofo francês, o povo não ambicionava uma educação especializada e fragmentada, mas pretendia obter clareza a respeito das leis gerais que regem os fenômenos

materiais e humanos que só poderiam ser apreendidas mediante um estudo simultâneo das ciências fundamentais (COMTE, 2016). Essa necessidade de alcançar clareza sobre o mundo e o homem incide não somente numa apreciação abstrata e geral dos fenômenos científicos, mas também, ainda que de forma menos direta, nas diversas situações concretas, inclusive nas questões morais que demandam o reconhecimento de uma solidariedade fundamental associada ao bom senso universal (COMTE, 2016). Por essas razões, a educação positivista empenha-se em elevar as faculdades intelectuais e morais dos seres humanos, sobretudo dos proletários que foram marginalizados pelos sistemas educacionais anteriores, a fim de que cumpram dignamente suas funções sociais.

Retomando os argumentos de Teixeira Mendes, cumpre examinar diretamente os motivos que o impelem a rechaçar a defesa imperial da criação de uma universidade brasileira. Como já foi mencionado, ele contrapõe a situação dos indivíduos que possuem as grandes fortunas com a situação do imenso proletariado. Para o positivista ortodoxo, o Brasil só será verdadeiramente grande:

1º Quando a massa dos parasitas, que o poeta estigmatizou com o epíteto de *fábricas de esterco*, estiver reduzida ao seu mínimo;

2º Quando a massa dos *indivíduos úteis*, que são mantidos pelo proletariado, não exceder as exigências sociais e satisfazer plenamente suas respectivas funções;

3º Quando o proletariado for livre, moralizado e instruído; possuir domicílio inviolável e família, sem que a mulher necessite abandonar a educação dos filhos; dispuser, finalmente, de tempo para desenvolver a inteligência e cultivar o sentimento. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 9)

Embora Teixeira Mendes considere em consonância com outros segmentos políticos de sua época que a grandeza do país exige a reforma do ensino, tal reforma não será concretizada por meio da criação de uma universidade brasileira, já que esta tende a sublevar o parasitismo burguês no campo educacional inventando cadeiras novas para os recém-formados, superabundando a classe de diretores sociais, e assim desperdiçando o capital humano para a formação de um segmento parasita que não produz nada para a sociedade (TEIXEIRA MENDES, 1903). Por conseguinte, o estímulo e o desenvolvimento do ensino superior representado pelas universidades só produzem maus frutos sociais, afastando dessa forma a verdadeira grandeza nacional:

Assim, o desenvolvimento do ensino superior tem produzido e continuará a produzir fatalmente:

1º O aumento do parasitismo;

2º A ascensão das mediocridades para as altas funções diretoras;

3º A agravação dos vexames e a desmoralização do proletariado. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 12)

Com efeito, a crítica de Teixeira Mendes à construção de uma universidade nacional foi importante considerando a insistência governamental, no que tange à história da educação universitária brasileira, em tornar essa instituição uma organização “napoleônica”, baseado no modelo francês (BARROS, 1986). No lugar da criação de uma universidade, a ação governamental deveria concentrar seus esforços na promoção da educação primária não só em relação ao número de escolas, mas também na qualidade do próprio ensino:

O ensino primário concorre também para o mesmo resultado, porque é deficiente não só em número de escolas, mas ainda na sua substância. Em um país onde o cidadão é chamado periodicamente para criar os seus legisladores e decidir dos seus destinos, além da tabuada, da leitura e da escrita, só ensinam o catecismo católico, e talvez a história sagrada. Que noções exatas tem ele do planeta que habita, dos povos que existiram antes de si e consigo convivem atualmente, das exigências sociais e morais de seu tempo? Ouve repetir que o mundo foi feito em sete dias; que a mulher é a causa dos sofrimentos do gênero humano; que o trabalho é um castigo de Deus, e outras concepções desta ordem? (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 12)

Reconhecendo a necessidade de uma intervenção governamental na organização do ensino brasileiro, Teixeira Mendes salienta que o verdadeiro chefe de Estado deve examinar os limites de sua ação, observando sempre as condições concretas do país e da nação brasileira. Destarte, cumpre o estadista não sucumbir às ambições do parlamento, já que o positivismo considera o parlamentarismo um sistema político nocivo à sociedade onde os ministros e deputados só visam seus interesses espúrios. Afastadas as pretensões legislativas, a ação governamental deve primar os limites positivos que são: os recursos financeiros do país, as ideias correntes tanto as que foram incorporadas na opinião pública quanto as que estão em discussão, e o pessoal que se pode dispor para as funções públicas (TEIXEIRA MENDES, 1903). É mister observar que quanto à última medida, escolha do pessoal, Teixeira Mendes reprova a disposição do governo em rebaixar o ensino privilegiado para tornar acessíveis a alguns segmentos das classes liberais as posições do magistério e a aquisição dos títulos

científicos e literários, distribuindo as cadeiras acadêmicas a esses indivíduos, acentuando o parasitismo da burguesia brasileira:

Ora, o governo não pode atuar diretamente sobre essas disposições; não há decreto capaz de atingir a vaidade e o orgulho no coração dos ambiciosos. Toda a sua influência, para o bem como para o mal, há de ser indireta, e só pode exercer-se por dois modos. Se quiser combatê-las terá de suprimir os privilégios dos diplomados e só consultar o mérito provado por concursos, e trabalhos anteriores, na nomeação para cargos públicos; terá de restringir o ensino que não for geral às profissões reconhecidamente úteis, e com o menor pessoal possível. Se quiser favorecê-las, terá de aumentar esses privilégios e multiplicar o funcionalismo pedantocrático. Mas, neste caso, a ação do governo tem um limite material na renda e crédito deste país, que não são inesgotáveis; e um limite moral na falta de prestígio dos titulares acadêmicos, cada vez mais incontestável. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 17)

As exigências relativas ao corte de funcionários nas burocracias administrativas e ao concurso público para seleção de candidatos desvelam um olhar bem lúcido à situação sociopolítica do Brasil no século XIX, visto que a atuação da ordem saquarema sedimentou por décadas esse sistema de compadrio na seleção de funcionários para os cargos burocráticos e acadêmicos. Atentando o perfil da universidade brasileira no passado, durante muito tempo eram contratados somente professores de acordo com a decisão dos catedráticos, e mesmo no tempo presente, a universidade brasileira ainda não divulga, de modo adequado, as oportunidades de contratação por meio de concursos programáticos, deixando espaços para contratação por indicação (MARCOVITCH, 1998). Por conseguinte, a crítica de Teixeira Mendes mostra-se bastante atual, pois mesmo após a obrigatoriedade dos concursos universitários, deparamo-nos com muitas denúncias de manipulações nesse tipo de seleções por docentes que encaram os centros acadêmicos como se fossem seus feudos.

Discorrendo sobre o destino político do ensino e suas respectivas condições para o seu pleno exercício, Teixeira Mendes reconhece que a adoção de um sistema público configura algo recente na história da educação. No passado eram transmitidas entre gerações as noções empiricamente obtidas pelo conhecimento humano, mais tarde, porém, homens de maior capacidade afetiva e intelectual transformaram tais resultados tornando-os leis morais e políticas e, no decorrer da civilização, os sacerdócios das religiões sistemáticas estabeleceram um elo entre esses preceitos, essas leis, e noções cosmológicas para robustecer uma doutrina que abarcasse o homem, a sociedade e o mundo (TEIXEIRA MENDES, 1903). Com a complexidade decorrente dos tempos modernos, conforme o crescimento das relações

humanas e as complicações sociais e intelectuais, não se pode mais deixar ao acaso o concurso da educação para o bem-estar de todos na responsabilidade da família, embora essa instituição continue sendo a educadora fundamental dos indivíduos, ensinando a língua natal com as palavras e frases e os preceitos necessários para os hábitos sociais (TEIXEIRA MENDES, 1903). Portanto, torna-se necessário o empreendimento de uma classe que seja depositária da doutrina com as virtudes já observadas, capaz de catalisar o horizonte de conhecimentos científicos e práticos, e ascender o nível da moralidade atual através da introdução de novas virtudes, consagrada à generalização da doutrina pelo ensino (TEIXEIRA MENDES, 1903). Tal classe é denominada sacerdócio positivo, isto é, uma classe que se comporta como diretora espiritual das demais, que se abstém do mando e de qualquer encargo no poder temporal (governo ou Estado), indicando aos seres humanos os atos exigidos pela situação social. Com o apoio voluntários dos crentes, o sacerdócio positivo abstrai todas as concepções teológicas e metafísicas referentes ao ensino e dedica-se à difusão do saber científico e à elevação moral da sociedade em que cada indivíduo cumpra voluntariamente o seu dever no conjunto da sociedade.

Compreendendo o papel do poder espiritual no positivismo, que compete aos sacerdotes, intelectuais e mulheres, o poder espiritual assume um caráter global e universal, assentado na opinião e no aconselhamento, enquanto o poder temporal é sempre local e parcial baseado na força física. Cumpre ao poder temporal deter sempre um território mais restrito, pois quanto maior a sua extensão, maior sua possibilidade de opressão; e ao poder espiritual, separar-se dos dispositivos estatais, caso contrário pode tornar-se opressivo valendo da força física do Estado para impor doutrinas sem o livre consentimento da população (LACERDA, 2016). Por conseguinte, o Estado não deve ter uma doutrina oficial e se abster da imposição de qualquer doutrina, renunciando a qualquer orçamento teórico.

Após analisar o papel da família e da sociedade na educação, considerando a base intelectual imprescindível ao livre concurso das atividades na vida social, Teixeira Mendes conclui que há duas condições indispensáveis para satisfazer o ensino público conforme os ditames de um livre regime: as condições que se referem à existência moral, intelectual e ativa das famílias, permitindo a educação desenvolvida em seu seio; e as condições que se referem

ao ensino público, que deve conduzir não apenas a demonstração do conhecimento científico, mas os costumes e leis do Brasil (TEIXEIRA MENDES, 1903). Em relação às condições do ensino público, este deve repousar sempre na prerrogativa de um regime livre, levando em consideração a doutrina, o corpo docente e à distribuição desse ensino. Em relação ao primeiro objetivo, a doutrina deve estar em simetria com o conjunto de fatos e saberes positivamente adquiridos ao longo da história humana, albergando o mundo, a sociedade e o gênero humano:

Deve abraçar o mundo, a sociedade e o homem. O mundo, para mostrar as fatalidades que pesam sobre todos os entes conhecidos e marcar os limites e meios de intervenção humana. A sociedade, para mostrar os elementos da ordem política e as suas condições de aperfeiçoamento, isto é, de progresso; só assim ficaremos em estado de conceber o ideal de felicidade que podemos gozar e legar a nossos filhos. O homem, finalmente, para que cada um saiba dirigir-se segundo as exigências do bem público, e emancipe-se definitivamente da tutela governamental (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 24)

Tal observação concernente à doutrina que deve ser transmitida nos estabelecimentos públicos de ensino é relevante, posto que descortina a preocupação social do positivismo ortodoxo quanto à promoção da educação, rechaçando algumas interpretações que sublimam o caráter puramente neutro e desinteressado do pensamento de Comte perante os problemas sociais. No que tange ao quadro docente, os professores devem ser merecedores da confiança e do prestígio do público que reconhece suas qualidades morais e intelectuais; não deve transformar sua função educacional em mando, tornando suspeitos seus ensinamentos; e deve dominar e transmitir o conhecimento de uma doutrina pública, cuja finalidade é estabelecer os deveres gerais dos indivíduos no social (TEIXEIRA MENDES, 1903). Constata-se que o vínculo entre os professores e a comunidade escolar é imprescindível para o êxito educacional. Enfim, os critérios relativos à distribuição do ensino figuram como Teixeira Mendes procurou sustentar a perspectiva do ensino público de acordo com a orientação positivista da separação entre os poderes temporal e espiritual:

1º Deve haver completa liberdade de pensamento; sem nenhuma lei de imprensa, exceto a proibição do anônimo; sem privilégio de qualidade alguma para os representantes de qualquer doutrina, ou para os discípulos; sem subsídio governamental a nenhuma, que não for unanimemente aceita. Com efeito, a experiência tem provado que as restrições e os privilégios só têm servido para reprimir a livre propagação das vontades positivas (...)

É isto que resume no teorema seguinte da política positiva – *toda verdade científica triunfa, apesar dos obstáculos, e mantém-se inalterável pela livre aceitação da universalidade dos homens.* (...)

2º O ensino não deve ser obrigatório. Porque, num país livre, o fim do governo é fornecer aos cidadãos as condições materiais de cada um para cumprir os seus deveres, e não forçá-los ao uso dos meios espirituais que o governo julgar apropriados para facilitar o cumprimento desses deveres. (...)

3º O ensino deve ser público e gratuito. Poderíamos limitar-nos a dar a razão fundamental, que a ciência foi criada pela Humanidade e só pode ser adquirida com o auxílio da Humanidade; portanto, não é privilégio de que ninguém possa dispor como entender. No entanto, acrescentaremos que o destino político do ensino sendo fornecer a base intelectual dos deveres gerais, é imprescindível que chegue a todos. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 26-27)

Com essas considerações, pode-se asseverar que as orientações de Comte quanto ao papel do poder temporal nas atribuições do ensino, propiciando tanto a liberdade de pensamento nas instituições educacionais como a o fato do ensino ser facultativo à escolha individual, foram apreendidas por Teixeira Mendes que, na posição de um positivista ortodoxo, não poderia negligenciar a adesão voluntária ao ensino público. De fato, para a ortodoxia positivista, o Estado deveria se ater à liberdade de ensino, tornando inútil qualquer proteção doutrinária, e isso explica de certa forma a oposição do Apostolado à universidade, pois enquanto a liberdade de ensino ilustrava a necessidade do presente assim como a preparação do futuro, a universidade figurava uma instituição caduca oriunda de uma experiência opressora do passado (BARROS, 1986). Outro ponto pertinente no discurso destacado é a eminência da gratuidade do ensino, uma vez que a realidade brasileira no final do século XIX legitimava a educação somente como privilégio de segmentos elitistas da sociedade.

Por fim, resta investigar as medidas políticas necessárias que Teixeira Mendes contempla como fundamentais à reorganização do ensino público. Embora tais critérios configurem as finalidades governamentais quanto ao ensino geral e à promoção de escolas profissionais, que na época representavam as academias, e não as universidades, pode-se apreender, pelo menos de forma indireta, a função social que uma instituição universitária deveria apresentar. O ensino profissional figurava uma necessidade primordial para a preparação de homens práticos que, sob sua responsabilidade, viabilizariam os princípios teóricos necessários para o exercício de uma determinada profissão. O governo deveria se

empenhar na promoção dessas escolas profissionais tendo em mente o caráter provisório e pragmático de tal medida:

O governo tem, portanto, de atender a esta necessidade; mas deve sempre colocar-se no ponto de vista do interesse geral, e ter presente que é uma instituição provisória. Tudo mais o que não for isso, acarretando despesas para o Estado, sem resultado garantido, deve ser abandonado. O país tem necessidade evidente de elevar a massa da nação, e não pode sustentar diletantismos sem proveito. Quem quiser ilustrar a inteligência só para ser sábio e constituir-se objeto de curiosidade luxuosa, que o faça à sua custa; o Estado nada tem a ver com o gosto especial de cada cidadão em particular. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 36)

Verifica-se, portanto, que o Estado só pode auxiliar provisoriamente o acesso ao ensino profissionalizante, tendo em vista o interesse geral da sociedade e seus efeitos positivos para com ela. É propício crescer que o positivismo comtiano, apesar de sua oposição ao liberalismo econômico, acreditava que o aparato estatal sendo resultado do poder da burguesia se reduziria com a evolução social. Importante também é ressaltar que o trabalho docente das escolas profissionais não deveria espelhar o diletantismo acadêmico tão comum na universidade de outrora, e se voltar para as questões concretas da nação. Com efeito, o diletantismo acadêmico ainda reflete entre os docentes da universidade contemporânea a separação entre docência e pesquisa, privilegiando a primeira, pois permite que os títulos universitários funcionem como graus hierárquicos de separação entre graduação e pós-graduação, legitimando a última como a verdadeira educação acadêmica (CHAUÍ, 2001).

829

Teixeira Mendes reprovava o ensino secundário, representados no século XIX, pelo Colégio Pedro II e a Escola Normal, que para ele se portavam como “fábrica escandalosa de preparatórios, que só tem servido para desmoralizar as gerações desde a infância e para assegurar o ascendente de todos os especuladores da vaidade e do orgulho paternos” (TEIXEIRA MENDES, 1903: p. 36). Assinalando os objetivos do ensino profissional, ele prescreve que finalidades deviam buscar as academias brasileiras de seu tempo:

Escola Politécnica – Reduzi-la a formar engenheiros, conforme o destino fundamental da antiga *Escola Central*, e aproveitando os atuais laboratórios que pudessem concorrer para esse fim.

Escola de medicina – Considerando: 1º, que não há uma doutrina médica unanimemente aceita pelos teóricos; 2º, que não há uma prática médica unanimemente aceita pelos clínicos; 3º, que até hoje se tem formado práticos sem um certo número de novidades agora introduzidas pelos acadêmicos, o governo deve

limitar-se a confiar o ensino médico aos verdadeiros clínicos, e suprimir todas as inovações, porque não tem competência para julgá-las.

Escolas de direito – Reduzi-las a formar legistas, no sentido rigoroso da palavra: homens que conheçam a legislação do país, a que lhe é subsidiária, e os tratados internacionais. O fim dessas escolas é preparar administradores, juízes e advogados; e nestas funções, o cidadão não tem que discutir teorias, tem que aplicar a lei. (...)

É preciso desistirmos, de uma vez por todas, da vaidade de ter uma ciência nacional. A ciência é universal no seu destino, e basta que seja elaborada por quem estiver em condições de fazê-lo. É a divisão dos ofícios aplicada às nações. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 36-37)

Embora descortine alguns aspectos autoritários, a crítica de Teixeira Mendes suscita os ensejos pragmáticos que as academias deveriam albergar a fim de cumprir com suas responsabilidades sociais na formação dos cidadãos capacitados. Tal pragmatismo indica duas exigências feitas à universidade brasileira atual: primeiramente, a instituição acadêmica é parte da sociedade, devendo se engajar nos problemas de seu país e no contexto internacional, conforme as necessidades mais urgentes e, em seguida, reorganizar sua estrutura interna, simplificando sua burocracia e tornando suas estruturas mais ágeis. (KUNSCH, 1992). Em outras palavras, a ortodoxia positivista concebe na eliminação dos ensinamentos não comprovados ou supérfluos, que incidem nas atribuições desnecessárias da academia, a garantia de que uma instituição educacional, independentemente de sua categoria, está cumprindo sua missão social. Para encerrar este tópico, cumpre destacar que a censura de Teixeira Mendes à universidade resulta do desconhecimento dessa instituição à fermentação do saber científico produzido fora do seu domínio, já que sua consolidação institucional deveu-se à deliberação de Napoleão Bonaparte que criou a universidade francesa vinculada ao patronato do governo, que produziu o ascendente das mediocridades e ignorou o empreendimento coletivo dos sábios que a ela não se associaram:

Os sábios especialistas, sobretudo das ciências inferiores, ligam-se a ele para explorar em comum a França e o mundo. Desta época é que data a tentativa de harmonizar o gênesis e a ciência. Bichat funda a biologia e não é membro do instituto. Gall demonstra a pluralidade das funções que formam a alma; evidencia que o cérebro é o conjunto de órgãos correspondentes a estas funções; vem a Paris realizar os cursos que já havia feito em outros lugares; e é aplaudido por Cuvier. Apresenta, porém, a sua memória ao Instituto, e o mesmo Cuvier, a um aceno de Bonaparte, firma o mais cínico parecer que jamais homem de ciência assinou. A Inquisição condenou Galileu que libertou a terra do jugo teológico; o Instituto condenou Gall, que libertou o homem desse mesmo jugo. (TEIXEIRA MENDES, 1903, p. 74).

Em síntese, tal observação ilustra o fato da instituição universitária, segundo a visão da ortodoxia positivista, visto que se vinculou exclusivamente ao aparato governamental, diluindo assim seu horizonte em relação ao mundo e ao gênero humano. Esta constatação nos adverte que o mundo acadêmico deve abrir-se cada vez mais, sair de seu confinamento institucionalizado, pois as relações entre a academia e a sociedade devem ser o que há de mais interno na universidade, nunca negligenciando as vivências sociais (RIBEIRO, 2014). O anseio pelo conhecimento abarca uma dimensão incomensurável em qualquer instituição superior e os educadores devem se conscientizar desse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência de Raimundo Teixeira Mendes à construção de uma universidade brasileira, durante o reinado de D. Pedro II, no final do século XIX, desvelou uma preocupação em torno da promoção de um ensino que atendesse às necessidades sociais de seu tempo. Considerando o desdobramento argumentativo da obra **A Universidade**, foi examinado que, para o Apostolado Positivista, primeiramente era necessário da parte do Estado propiciar um ensino que fosse ao mesmo tempo, livre e gratuito para a população, respeitando o preceito positivista da separação entre os poderes espiritual e o temporal, em que o último se abstém de qualquer doutrina oficializada, possibilitando o livre concurso das crenças filosóficas e a adesão voluntária das pessoas na educação básica. Foi igualmente observado que, para Teixeira Mendes, importava antes de qualquer deliberação governamental melhorar a condição do proletariado, conservar a função social da família como núcleo educador e só adiante conferir uma educação técnica e profissionalizante atendendo as carências sociais. Só podemos constatar a finalidade social de uma instituição universitária, conforme os parâmetros positivistas, depreendendo da crítica que Teixeira Mendes faz a despeito do perfil da universidade do século XIX. Destarte, compreende-se que tal instituição deveria dispensar todo aparato burocrático inútil que a cerceava, assim como divulgar os conhecimentos científicos unicamente aceitos e comprovados por comunidades científicas universais, preparando os cidadãos para preencherem suas funções profissionais. Por mais que o pragmatismo de Teixeira Mendes descortinasse uma feição autoritária, vedada

às discussões teóricas, sua crítica ao modo como a universidade brasileira sucumbia à burocracia estatal do país, seja no campo educacional ou administrativo, ilustrava uma importante contribuição ao caráter público do ensino superior, uma vez que as instituições sociais estavam subjugadas às maquinações das elites através de relações de compadrio que minavam a transparência e a ética na seleção dos seus respectivos funcionários.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: Editora Convívio 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Edipro, 2016.

----- **System of positive polity: theory of the future of man**. London: Andesite Press, 2017.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

832

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Laicidade na I República brasileira: os positivistas ortodoxos**. Curitiba: Editora Appris, 2016.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do positivismo no Brasil**. Brasília: Editora Senado Federal, 2009.

MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998.

PICKERING, Mary. **Auguste Comte: an intellectual biography, volume 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade e a vida real: Fellini não via filmes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. **A Universidade**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1903.